

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA COM DEFICIENTES VISUAIS: MOMENTOS DE RESSIGNIFICAÇÃO

Gabriela Maria Silveira Rosa
Greici Kelly de Paiva Chaves de Almeida da Silva
Henrique Abe Ogaki
Ivana Vilas Boas
Jenifer Pavan De Paula
João Rafael Pimentel Colavin *
Julia Archangelo Guimaraes
Laíla Albuquerque Lemos
Maxwel Luan Rauber Duarte
João Batista Martins

Introdução

Atualmente, temos observado uma ampliação bastante significativa de espaços de convivência para pessoas de várias idades. As ideias que subsidiam a criação desses espaços geralmente se articulam com o lazer, a prática de exercícios físicos, etc..., envolvendo crianças, adultos e idosos.

Em pesquisa recente, realizada na cidade de Brasília, com idosos que frequentam centros de convivência, foi identificado um alto índice de depressão entre frequentadores desse equipamento social (Oliveira; Gomes & Oliveira, 2006). Os autores da pesquisa indicam uma ampliação dessa rede de acolhimento, tendo como perspectiva a diminuição dos sintomas de depressão, presentes nesta faixa etária.

Em estudo realizado na Paraíba, acerca das representações de idosos sobre a velhice, verificou-se que esta fase do desenvolvimento humano é marcada pela ‘discriminação’ e pela busca da ‘saúde’, tendo em vista que o surgimento de patologias nessa faixa etária encontra-se mais presente do que em qualquer outra etapa da vida. A pesquisa também revela que os idosos associam a velhice à ‘morte’. De certa forma, essas representações coadunam-se com o paradigma dominante em nossa cultura, que representa a velhice de forma negativa, sendo, em geral, alvo de preconceitos e discriminação. (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 126).

Os participantes da pesquisa também assinalam a importância dos grupos de convivência para suas vidas uma vez que esses espaços de relações interpessoais possibilitam construir novos amigos, propiciam momentos de ‘alegria’, que é algo relevante e ‘importante’ nessa fase da vida. (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 126).

Os dados obtidos revelaram a importância constitucional que os grupos de convivência têm para essa população, caracterizando-se como espaços por excelência, onde as práticas sociais desenvolvidas contribuem para que os idosos exerçam seu papel de cidadãos, sendo um local onde eles utilizam suas potencialidades, onde há sempre alguém que os escute, propiciando a efetivação de laços de amizade e momentos de lazer, contribuindo, também, para o restabelecimento da auto-imagem positiva, uma vez que, em geral, o contexto familiar não favorece a utilização das potencialidades dos idosos. (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 129).

As pesquisas acima nos levam a considerar que os espaços coletivos são bastante importantes para a população idosa, uma vez que os idosos envolvidos nesses espaços têm a oportunidade, de se perceberem de modos diferentes, trocarem experiências, se identificarem de modo mais positivo.

É com essa perspectiva que elaboramos esse trabalho, cujo objetivo é o de fomentar um espaço de convivência para pessoas idosas que apresentam deficiência visual. Entendemos que o estabelecimento deste grupo permitirá que os membros reflitam sobre suas experiências, e que as trocas possibilitem novas compreensões sobre suas vidas.

Antes de aprofundarmos a proposta, falemos um pouco dos aspectos histórico-culturais da cegueira.

Aspectos histórico-culturais da cegueira

Em todas as sociedades, desde a pré-história, as pessoas incapacitadas, incluindo-se aí os cegos, por serem vistas como uma pesada carga, eram deixadas pelo caminho em função da dificuldade do grupo lhe prover o sustento e a segurança. Ademais, o medo e a superstição apareciam inconscientemente na mentalidade do homem primitivo. Acreditava-se que a criança nascida cega ou o adulto que cegava tardiamente eram símbolos de maus presságios e castigo da ira de divindades. Ocorria em alguns casos a expulsão da tribo, atitude considerada justa pelos demais membros (Martínez *apud* Medeiros, 2010).

O conceito fundamental arraigado na mentalidade primitiva foi, sobretudo, de que a cegueira constituía castigo para expiar uma culpa misteriosa. Mas de quem era a culpa? Seria o cego culpado por algo cometido antes de nascer? Seria atribuída à pessoa cega uma culpa dos pais, de outros parentes, de seus antepassados? Pouco a pouco se engendrou a ideia de uma justiça reparadora, segundo a qual se atribuíam culpas passadas às pessoas, ainda que nada se soubesse sobre o que elas haviam cometido. Não obstante, tinha-se por certo que tais delitos ou faltas se materializavam no peso de uma desgraça física.

Serão abordados aqui aspectos considerados relevantes sobre os estágios constituintes da evolução histórica da concepção de cegueira – o período místico, o período biológico ingênuo e o período científico –, usando-se como referência principal os escritos de Lev Semionovic Vigotski.

Vigotski aponta que o período místico se estende da Antiguidade – passando pela Idade Média – a uma parte significativa da Idade Moderna. Esta fase é rica em registros que confirmam as opiniões populares, as lendas e fábulas e os provérbios. A cegueira era tratada com temor, superstição e respeito. Considerava-se o cego um ser indefeso, desvalido, abandonado, surgindo a convicção geral de que se desenvolviam nele forças místicas superiores da alma, que lhes agraciava acesso ao conhecimento e à visão espiritual, em lugar do sentido ausente (Vygotski, 1997, p. 100).

O período biológico ingênuo inaugurou uma nova concepção de cegueira, com a mística cedendo lugar à ciência. A partir do século XVIII, os cegos são vistos como educáveis e capazes de participar na vida social. Surgem novos fundamentos para explicar a suplência dos sentidos, ao mesmo tempo em que teorias afirmam existir uma compensação de uma função orgânica em detrimento de outra. Segundo tais teorias, acreditava-se que a perda de uma das funções de percepção ou mesmo de um órgão se compensava com o funcionamento e desenvolvimento acentuado de outros órgãos; ou seja: a ausência ou enfermidade num dos órgãos pares (pulmão, rim), seria compensado pelo outro remanescente saudável. Ainda por esta teoria, acreditava-se que a ausência da visão promovia o desenvolvimento acentuado da audição, do tato e de outros sentidos. Criaram-se convicções e lendas sobre a supercapacidade do sentido do tato, além da musicalidade exacerbada por um ouvido bem dotado. Somava-se a tudo isso um sexto sentido inalcançável pelos videntes. Rapidamente, a inconsistência destas teorizações caiu por terra, revelando que as funções do tato e da audição não estariam acentuadas nos cegos, mas, pelo contrário, eram até em menor medida que aquelas observadas nos videntes.

Para Vigotski, uma elevada função tátil ou auditiva, em comparação com a normal, era tida como resultado secundário, dependente e derivado, uma consequência de algo desenvolvido e exercitado, e não causa direta da visão ausente. A suplência não surge da compensação fisiológica direta pelo déficit da visão, mas como compensação sociopsicológica geral que surge num curso complexo, indireto, sem substituir a função suprimida nem ocupar o lugar do órgão insuficiente. A concepção biológica ingênuo resultou falsa, mas abriu caminhos para o entendimento científico sobre a cegueira. As conclusões desta fase possibilitaram perceber a cegueira não como um defeito humano, não como um fator restritivo da organização das funções cognitivas, mas como insuficiência de um sentido (Vygotski 1997, p. 101).

As ideias do período científico a partir da Idade Moderna caracterizaram-se pela ênfase na capacidade de aprendizagem do cego com base na convivência social. Surgem os

estudos sobre os aspectos sociopsicológicos da cegueira, seus comprometimentos e vias de compensação; não oriundos de uma substituição orgânica ou fisiológica, como se acreditava na fase anterior, mas compreendidos como processos sociais.

O cego, em contato com o mundo que o cerca, elabora seus significados de forma independente da restrição sensorial, sendo mediado em suas aquisições pelos diferentes canais de interação, fundamentalmente pela linguagem, principal sistema comunicativo e estruturante das relações que estabelece na atividade humana (Vygotski, 1997, p. 103).

Do deficiente visual – deficiência?

Nossos sentidos são a porta de entrada do mundo para o nosso corpo. A partir deles, captamos as informações, que são enviadas para o cérebro, processadas e interpretadas. Cada informação, proveniente de cada um dos sentidos, é enviada para uma parte específica do cérebro, onde será interpretada e desencadeará uma resposta. Os sentidos estão, desta forma, intimamente ligados com o processo de aprendizagem e significação que o sujeito dá ao mundo que o cerca (Goldschmidt et al, 2008). No entanto, a percepção que o indivíduo tem de paisagens e lugares possui estreita relação com suas experiências pessoais e coletivas, já que o sujeito deve ter um papel ativo no desenvolvimento e criação desta imagem. O sujeito seleciona, abstrai, recorta e cola aquilo que vê, de acordo com a percepção de suas experiências e expectativas (Lynch,1999).

Qualquer objeto ou lugar está passível a inúmeras e diferentes percepções. Neste caso, a percepção é compreendida como um processo que transcende às relações físico-químicas dos sentidos, para atingir uma ordem simbólica constituída na vida em sociedade. Pensar essa questão a partir das diversas percepções permite percorrer o espaço entre a criação e como cada pessoa incorpora a ideia dos bens simbólicos, bem como planos individuais e coletivos da experiência social.

Para Santos, “a paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica” (2008, p.84), e se dão diretamente aos nossos sentidos. É o observável. O aparelho cognitivo possui grande importância na apreensão que fazemos desta paisagem, pois cada um irá apreender, ou absorver, apenas alguns aspectos daquilo que viu ou sentiu. Por conta disto, pode haver divergências entre indivíduos sobre as imagens das coisas.

A partir disso, surgem inúmeros questionamentos a respeito de como um deficiente visual experiencia a vida, como é a percepção dele sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre os outros, e como sua subjetividade é produzida nesta realidade, levando-se em consideração que “A noção de cidadania envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço: conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que se está sujeito” (Morais, 2009, p.5), e que o homem se faz e se constrói na relação com o outro, com o diferente. Para explorar essas questões é necessária uma breve contextualização sobre o que é deficiência, especialmente deficiência visual.

O conceito “deficiência” é amplamente discutido entre profissionais que buscam apontar os equívocos gerados pelo emprego de termos que classificam pessoas como normais e anormais, ou incapaz, deficiente excepcional, entre outros. Segundo Carmo (1994), deficiência é um termo geralmente utilizado para categorizar membros de uma sociedade que apresentam alguma forma de “anormalidade”, ou que se diferenciam dos demais, por questões cognitivas, afetivas ou até mesmo motoras. Já na visão de Silva (1987), pessoas deficientes são aquelas que se encontram abaixo dos padrões estabelecidos como “normais” pela sociedade, seja por motivos físicos, orgânicos, mentais ou sensoriais e consequentemente, são impedidos de viver plenamente.

A deficiência acompanha o homem desde os tempos primitivos e envolve vários problemas sociais. Na antiguidade, por exemplo, pessoas portadoras de deficiência, ou eram aceitas e apoiadas, ou muitas vezes eram mortas ou deixadas à própria sorte. Do mesmo modo, nas culturas primitivas, pessoas dependentes, como doentes, idosos ou portadores de deficiência eram, na maioria das vezes, abandonadas, pois acreditava-se que

colocavam em risco todo o grupo (Silva, 1987, p.39). Outro problema enfrentado pelos deficientes em diferentes épocas históricas foi a concepção de que a deficiência seria um sinal de desarmonia ou obra de maus espíritos. Por exemplo, o povo Hebreu via toda doença física ou deformação corporal como pecado, a partir desta concepção práticas como punição ou estigmatização de pessoas nessas condições era muito comum.

Foi apenas na Idade Média que os cegos começaram a encontrar uma posição social, ao se envolverem em atividades de contação de histórias a partir de canções (cancioneiros e jograis) e, no Renascimento, passaram a ser tema de manifestações artísticas. Até hoje, a sociedade percebe a perda da visão como a pior dentre as perdas sensitivas (Rego & Silva Junior, 2011).

Segundo Amiralian (1997), quando pensamos em cegueira, pensamos em escuridão, em nossos olhos vendados, sem ponto de referência, e acreditamos que este seja o estado constante dos cegos, já que na atualidade, 80% da informação é transmitida através de imagens visuais. No entanto, o que ocorre com os cegos é a apreensão do mundo através de instrumentos alternativos, que formam imagens mentais através da identificação e classificação de sons, sinais, cheiros, gostos e sensações.

Sabe-se que a deficiência visual pode ser subdividida em duas ordens: a cegueira, caracterizada como ausência total da visão chegando até à perda da projeção, e a visão subnormal (ou baixa visão). A diferença entre a cegueira congênita e a cegueira adquirida está nos diferentes modos de representação que cada um fará do mundo e dos objetos (Lemos, 1978; Morais, 2009).

Lusseyran (1983), que tornou-se cego aos 8 anos de idade, exprime em seu livro o extremo valor que a visão possui, mas enfatiza também, que esta trata-se apenas de um sentido prático que nos permite alcançar além e extrair do ambiente informações referentes a tempo e espaço. Ao entender a visão como uma ferramenta, o autor admite que a sua funcionalidade depende da forma como o indivíduo a utiliza. Ele concebe a visão como passível de substituição, através de outro tipo de sentido.

Ele ressalta a importância dos olhos no mundo de hoje, que se apresenta via amontoados de estímulos visuais, enfatizando a vivência atrelada às imagens, nesse sentido, ele alerta sobre a cautela necessária por aqueles que se relacionam com o mundo através da visão, embora deixe claro que a sua crítica não se direcione aos olhos ou a visão, mas sim aqueles que dão a esta o status de primordial e suficiente ao espírito.

O autor relata que quando tornou-se cego chocava-se contra tudo, tudo para ele constituía obstáculo, tornando-se inevitável as colisões com objetos, mas afirma que ao sentir coragem, alegria, o espaço alargava-se, clareava-se, tornando existente tudo dentro de si, desde objetos a seres, configurando diante dele uma paisagem grandiosa.

Ele entende a cegueira como portadora de um aviso sobre a predominância que damos à visão, relata que os cegos conseguem, a partir do som, perceber distâncias, vultos. Ele relata que até mesmo a sombra de uma árvore no caminho constitui um fenômeno audível, assim como tantos outros aspectos, cada qual com o seu nível específico de som. Segundo o autor, as graduações de luz se estabelecem via graduações correspondentes de sons. Ele enfatiza que o fato dos outros órgãos dos sentidos se apresentarem mais aguçados, não é uma questão referente à compensação destes para suprir a visão é, na verdade, uma questão de atenção que tornaria possível a revelação do objeto através de todos os seus aspectos possíveis e não somente por via visual. Desta forma, o que o autor fala, é sobre uma atenção total, sobre uma união dos sentidos e chama nossa atenção ao caráter unilateral que damos à percepção, ressaltando que não é este o único modo de percepção aceitável. Nesta perspectiva, é justificável a fala de um cego que diz ter a sua visão alterada, mas não extinta. “Os cegos vêem à sua maneira, mas realmente vêem” (Lusseyran, 1983, p. 24).

Ele descreve o frequente engano cometido pelos que vêem ao acreditar que o conhecimento somente é possível através dos olhos, e relata a sua descoberta sobre a pressão que cada aspecto do mundo exerce sobre o indivíduo. “Mesmo as pedras pesam sobre nós à distância, e assim também os contornos das montanhas distantes e a súbita

depressão de um lago no fundo de um vale. Essa comunicação é tão exata que eu, passeando de braço dado com um amigo pelos caminhos dos Alpes, sabia como era a paisagem e, algumas vezes, era capaz de descrevê-la com uma clareza surpreendente” (Lusseyran, 1983, p.29).

Sendo assim, entende-se que Lusseyran (1983) pretende mostrar que a cegueira não se trata de uma enfermidade, que não deve ser tomada como um estado de privação, mas sim, na sua realidade, ela é apenas um estado diferente de percepção, dentre os vários estados que se fazem possíveis.

Das Oficinas

À luz das considerações anteriores, podemos entender a importância do grupo de convivência, uma vez que o grupo pode ser um espaço para a resignificação das experiências, engendrando estruturas e mecanismos de transformação das dificuldades impostas pela restrição da visão e pela experiência da velhice. Se por um lado, essas restrições podem possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades em função das interações que o meio social oferece, das condições socioculturais individuais e coletivas e dos aspectos singulares e particulares de cada pessoa idosa cega, por outro, a troca de experiências vivenciada no contexto do grupo, pode potencializar os participantes na busca de novas formas de conviver e de viver esta etapa da vida.

Estabelecemos como objetivo geral do projeto, fomentar um espaço de convívio tendo como eixo o desenvolvimento de atividades expressivas. Como objetivos específicos: a) Proporcionar situações onde os envolvidos no projeto resignifiquem suas experiências de vida a partir da convivência grupal e da produção de “objetos artísticos”. b) Resgate a partir dos objetos expressivos dos sentidos que os membros do grupo atribuíram às etapas de sua vida.

Este trabalho está sendo desenvolvido junto a um grupo de idosos, que apresentam deficiências visuais variadas, no Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos, localizado na cidade de Londrina.

Estão participando do grupo cerca de 10 pessoas, cujas idades variam de 45 a 75 anos. Todos têm deficiência visual (alguns ainda são videntes, mas estão perdendo a visão) – alguns desde a adolescência, outros perderam a visão mais recentemente, há cerca de um ano.

Estamos desenvolvendo junto com o grupo atividades de arteterapia, oferecendo vários objetos para a composição de objetos expressivos. Além de terem contato com diferentes texturas, objetos e materiais. As temáticas que orientam as atividades dizem respeito aos momentos da vida – infância, adolescência e adultez – o que auxilia o grupo na tarefa de compreensão e elaboração de alguns conteúdos emocionais por ele vivenciados.

Alguns resultados

Até o momento realizamos com o grupo quatro oficinas. Inicialmente o grupo se mostrou bastante interessado e animado em participar das atividades. Houve uma adesão bastante positiva para com a proposta.

Nos dois primeiros encontros, pudemos notar que os membros do grupo – por conta de outras atividades – já se conheciam atribuindo uns aos outros papéis bastante importantes relativos ao processo de elaboração da perda da visão. Assim, atribuíram entre si papéis como o “líder”, o “conselheiro”, o “tímido”, etc... reconhecendo o lugar de cada um na constituição e manutenção do grupo. Apesar da atribuição destes papéis para determinadas pessoas, temos notado que eles não são fixos, e podem ser assumidos por outras pessoas, havendo, em algumas situações, certas disputas entre eles.

Nos dois últimos encontros, cuja temática esteve relacionada com a infância, o grupo teve a oportunidade de falar de suas experiências passadas relativas a esse período da vida, bem com de outros momentos. Foram encontros bastante densos, uma vez que as

experiências relatadas traziam conteúdo de perdas: a morte de parentes, a perda da visão, as dificuldades decorrentes destas perdas, etc.

Já os objetos criados – cujo suporte foi a massa de modelar – diziam respeito às esses momentos e que, ao serem ditos e expressados, puderam ser ressignificados.

Entendemos que tal oportunidade – de se falar sobre as dificuldades oriundas da perda da visão, assim como aquelas que marcaram o passado – ao serem retomadas e compartilhadas através do relato e do objeto, permitem aos membros do grupo estabelecerem novas perspectivas para com o próprio grupo – criando uma situação de acolhimento para os desdobramentos vinculados à perda da visão (assim como à outras perdas) – bem como para consigo mesmos, na medida em que podem ressignificar experiências, reelaborando suas perdas.

Referências

Amiralian, M. L. T. M. (1997). *Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de Desenho-Estórias*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Araújo, L. F.; Coutinho, M. P. L. & Carvalho, V. Â. M. L. (2005) Representações Sociais da Velhice entre Idosos que Participam de Grupos de Convivência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(1), 118-131.

Carmo, A. A. (1994). *Deficiência física: a sociedade brasileira “cria”, “recupera” e discrimina*. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1994.

Goldschmidt, A. I. et al. (2008). *A importância do lúdico e dos sentidos sensoriais humanos na aprendizagem do meio ambiente*. Disponível em <http://www.sieduca.com.br/2008/index2411.html?principal=lista_trabalhos&eixo=1&modalidade=1>. Acessado em 20/06/2012).

Lemos, É. R. (1978). *Deficiência Visual*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de documentação e divulgação.

Lusseyran, J. (1983). *Cegueira, uma nova visão do mundo e o cego na sociedade*. São Paulo: Editado pela Associação Beneficente Tobias.

Lynch, K. (1999). *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Medeiros, C. M. B. (2010). *Diálogos com a Superação: sobre formação, qualificação profissional e reconstrução de histórias de vida de deficientes visuais*. Tese. UFRJ/COPPE, 2010.

Morais, D. F. P. (2009). *A Aquisição de Conceitos, a Formação de imagem Mental e a Representação Gráfica de Cegos Precoces e Tardios: Relato de um Percurso*. Florianópolis..

Oliveira, D. A. A. P.; Gomes, I. & Oliveira, R. F. (2006). Prevalência de depressão em idosos que freqüentam centros de convivência. *Revista de Saúde Pública*, 40(4), 734-735.

Rego, I. D. & Silva Junior, N. (2011). Ver Para Crer, Tocar Para Ver: 1ª exposição de artes visuais para cegos nos Campos Gerais. *Revista Conexão UEPG*, 7(2), 194-201

Santos, M. (2008). *Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. (6.ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Vygotski, L. S. (1997). *Fundamentos de defectología. Obras Escogidas. Vol. V*. Madrid: Visor.